

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Gênero, raça e classe social nos estudos críticos decoloniais do discurso

Izabel Magalhães

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13336>

Submetido em: 2025-10-03

Postado em: 2025-11-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **Gênero, raça e classe social nos estudos críticos decoloniais do discurso**

### **Gender, race and social class in decolonial critical discourse studies**

### **Género, raza y clase social em los estudios críticos decoloniales del discurso**

Izabel Magalhães

Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília

Brasília – DF, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-4715-4424>

#### **RESUMO<sup>1</sup>**

A reflexão sobre a colonialidade na América Latina significa um avanço epistêmico na crítica ao racismo e à perspectiva de gênero tradicional e conservadora. Nessa reflexão, há três linhas de investigação: os estudos decoloniais, os estudos subalternos e os estudos pós-coloniais. Seguindo a linha decolonial, meu propósito é debater a interseccionalidade de gênero, raça e classe social nos estudos críticos do discurso. Considerando a heterogeneidade das representações identitárias, que são construções discursivas em relações frequentemente marcadas pela desigualdade social, destaca-se a violência praticada contra o corpo das mulheres, principalmente das mulheres negras e indígenas. Há uma forte ligação entre gênero, linguagem e corpo, que se registra em brigas, espancamentos e assassinatos, com alta ocorrência de feminicídios. A interseccionalidade de gênero e raça tem uma forte ligação com a classe social. Dessa forma, pode-se dizer que as desigualdades de gênero, raça e classe social do projeto colonial ainda perduram, e podem ser observadas na violência praticada contra as mulheres negras e indígenas. Como o discurso é uma dimensão das práticas sociais, entende-se que a grande contribuição dos estudos críticos decoloniais do discurso para a análise desse problema está na experiência de analistas críticos com a análise textual.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Linguagem e Corpo; Violência de Gênero.

#### **ABSTRACT**

Reflection on coloniality in Latin America represents an epistemic advance in the critique of racism and the traditional and conservative perspective of gender. In this reflection, there are three lines of investigation: decolonial studies, subaltern studies and postcolonial studies. Following the decolonial line, my purpose is to debate the intersectionality of gender, race and social class in critical discourse studies. Considering the heterogeneity of identities, which are

---

<sup>1</sup> Izabel Magalhães é docente da Universidade de Brasília (PPGL/Nelis/Ceam), fundadora do periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade* (1995) e do curso de Doutorado em Linguística da Universidade de Brasília (2000). Seus principais interesses de pesquisa são: estudos críticos do discurso, estudos do letramento, gênero social, letramento em saúde, inclusão educacional de pessoas com deficiência, discurso e comunicação política. Trabalho apresentado no congresso *Abralin em Cena*, em 6 de agosto de 2025.

**Declaração de disponibilidade de dados** – Os dados deste estudo são textos disponibilizados no próprio artigo.

**Declaração de conflito de interesses** – O presente estudo segue todos os princípios de ética na pesquisa.

discursive constructions in relationships often marked by social inequality, one can highlight violence practiced on women's bodies, mainly black and indigenous women. There is a strong connection between gender, language and body, which can be seen in fights, beating and murder of women, with a high occurrence of feminicides. The intersectionality of gender and race is strongly linked with social class. Thus, it is possible to say that the inequalities of gender, race and social class of the colonial project can still be seen, and they can be noted in violence against black and indigenous women. As discourse is a dimension of social practices, it is argued that the great contribution of decolonial critical discourse studies for the analysis of that problem lies in the experience of critical analysts in textual analysis.

**Keywords:** Intersectionality; Language and Body; Gender Violence.

## RESUMEN

La reflexión sobre la colonialidad en América Latina representa un avance epistémico en la crítica del racismo y la perspectiva de género tradicional y conservadora. En esta reflexión se distinguen tres líneas de investigación: estudios decoloniales, estudios subalternos y estudios postcoloniales. Siguiendo la línea decolonial, mi propósito es debatir la interseccionalidad de género, raza y clase social en los estudios críticos del discurso. Considerando la heterogeneidad de las representaciones identitarias, que son construcciones discursivas en relaciones muchas veces marcadas por la desigualdad social, se destaca la violencia practicada contra los cuerpos de las mujeres, especialmente las negras y indígenas. Como el discurso es una dimensión de las prácticas sociales, se entiende que la gran contribución de los estudios críticos decoloniales del discurso al análisis de la problemática reside en la experiencia de los analistas críticos con el análisis textual.

**Palabras clave:** Interseccionalidad; Lenguaje y Cuerpo; Violencia de Género.

## Introdução

Na perspectiva dos estudos críticos decoloniais do discurso, o propósito deste artigo é debater a interseccionalidade de gênero, raça e classe social. Não é possível negar a heterogeneidade e mobilidade das identidades femininas na sociedade brasileira, e mesmo se considerarmos outros países da América Latina (Lugones, 2014). Porém, nesse contexto de arraigadas desigualdades sociais, destaca-se a violência praticada contra mulheres, principalmente negras e indígenas. De acordo com Gonzales (1984, p. 224): “o racismo se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.” A interseccionalidade de gênero e raça é complexa, e, devido à situação de pobreza de mulheres negras e indígenas, é preciso incluir a classe social no debate (Souza, 2017): estamos falando de mulheres com ascendentes escravizados ou pertencentes a grupos étnicos com direitos de cidadania historicamente restringidos.

Além disso, o debate sobre as identidades femininas que se propõe aqui relaciona os conceitos de gênero, corpo e linguagem como discurso (Segato, 2014). A necessidade de relação entre esses conceitos justifica-se na observação e reflexão sobre brigas, espancamentos e feminicídios (Dias, 2011; Magalhães, Martins Resende, 2017, cap. 9).

O contexto histórico pertinente a esse debate é o projeto colonial na América Latina, no qual se origina o racismo, inclusive o racismo discursivo (Martins, 2011), e a visão de gênero tradicional e misógina (Lugones, 2008). Os estudos de Quijano (2000) contribuíram com uma significativa reflexão sobre a colonialidade, com o questionamento da modernidade e suas transformações na América Latina. O autor faz uma crítica contundente à colonialidade como 'reverso da modernidade', que teve como resultado a proposta dos estudos denominados decoloniais. Esses estudos divergem dos estudos subalternos e dos estudos pós-coloniais.

Os estudos subalternos desenvolveram-se na Índia na década de 1980, e contribuíram para a crítica ao projeto colonial das potências europeias. No entanto, nota-se que é uma crítica sobre os subalternos, e não na perspectiva dos subalternos. Por esse motivo, de acordo com Quintero, Figuera, Elizalde (2019), foram transformados em estudos de área nos Estados Unidos.

Os estudos pós-coloniais desenvolveram-se nos anos 1990, nos países centrais, e foram influenciados pelo pós-estruturalismo e pós-modernismo. Os estudos pós-coloniais foram introduzidos com a obra de Said (1978) e sua teoria do discurso colonial. Para Williams e Chrisman (1994, p. 5), como Said (1978) preocupou-se com "o local e não global", sua crítica não teve influência sobre outras situações geopolíticas.<sup>2</sup>

Quanto aos estudos decoloniais, pode-se dizer que formam um campo bastante heterogêneo, mas tiveram muita influência na América Latina (Mignolo, 2017). Quintero, Figuera, Elizalde (2019, p. 5) notam que, embora os estudos decoloniais possam ter contradições, coincidem na "problematização da colonialidade em suas diferentes formas, ligada a uma série de premissas epistêmicas compartilhadas".

Uma forma de problematização é o estudo do racismo e da violência de gênero contra mulheres negras e indígenas. Como o discurso é uma importante dimensão das práticas sociais, entende-se que a proposta dos estudos críticos decoloniais do discurso pode contribuir com a análise textual do racismo e da violência de gênero contra mulheres negras e indígenas.

O estudo do discurso precisa ser compreendido como parte de uma linguística aplicada do Sul. Para Pennycook e Makoni (2020), embora os estudos decoloniais busquem uma distinção entre o seu trabalho e o dos antecessores, há uma relação com o conhecimento produzido no Norte global, pois questões associadas à escravização de pessoas negras africanas não surgiram no século 21. O racismo institucional que se registra no Brasil originou-se na escravização de pessoas negras e na inferiorização histórica de pretos e pardos (Souza, 2017), e se estende a grupos indígenas (Ribeiro, 2015).

Em uma obra sobre gênero social e linguagem, Bucholtz (1995) recomenda que se considerem os valores e as crenças da comunidade local. Cameron (1995) enfatiza o poder na construção das identidades de gênero. Certamente, a questão do poder é relevante na construção das identidades de mulheres brancas, e principalmente quando nos referimos a mulheres pretas, pardas e indígenas.

---

<sup>2</sup> A tradução de citações é de I. Magalhães.

O conceito de ‘interseccionalidade’, introduzido por Crenshaw (2002), é fundamental no debate sobre gênero, raça e pobreza. Para Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade:

busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Destaca-se que essas desigualdades são construídas, em grande parte, pela linguagem, como discurso e letramento, nas práticas sociais. Uma forma de analisá-las é a investigação de textos (Magalhães et al., 2022). Os textos a serem analisados adiante fazem parte de distintos gêneros discursivos situados em diferentes práticas discursivas de letramento, e trazem uma inegável contribuição para o estudo dos significados de ser mulher no Brasil (Magalhães, 2009). Considerando o contexto sociohistórico, é necessário articular o conceito de interseccionalidade aos estudos críticos decoloniais do discurso.

Conforme Magalhães, Martins, Resende (2017, p. 37), “a Análise de Discurso Crítica lança um olhar profundo e contemporâneo sobre a linguagem e suas implicações com a realidade social como até então nenhum campo de pesquisa da Linguística tinha feito”. Os estudos críticos do discurso (ECD), um termo introduzido por van Dijk (2011), incluem diversas abordagens, uma das quais é a análise de discurso crítica (ADC). A ADC é um desenvolvimento da linguística sistêmico-funcional (LSF) de Halliday (1994), que traz um conhecimento básico para a análise textual. A transdisciplinaridade inerente dos ECD significa um diálogo com outras disciplinas, principalmente da ciência social crítica (Souza, 2017).

De acordo com Fairclough (2010), a pesquisa na ADC tem as seguintes características:

- 1) “Não é apenas análise de discurso (ou mais concretamente de textos), é parte de alguma forma de análise transdisciplinar sistemática de relações entre o discurso e outros elementos do processo social.” (p. 10)
- 2) “Não é apenas um comentário geral sobre o discurso, inclui alguma forma de análise sistemática de textos.” (p. 10)
- 3) “Não é apenas descritiva, também é normativa. Aborda problemas sociais em seus aspectos discursivos e formas possíveis de resolvê-los ou mitigá-los.” (p. 11)

Seguindo os apontamentos de Bucholtz (1995) e Cameron (1995, 1999), considero os valores e as crenças locais. Dessa forma, justifica-se a escolha da perspectiva decolonial e interseccional dos estudos críticos do discurso.

Para desenvolver esta investigação, voltada para gênero, raça e classe social, proponho a análise de 4 textos extraídos das obras *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (2011), e *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (2015). Na próxima seção, comento sobre os passos seguidos no estudo, e nas seções seguintes, apresento a análise e seus resultados, e as considerações finais.

## 1) Passos do estudo

Fiz a leitura das obras de João Ubaldo Ribeiro (2011) e de Darcy Ribeiro (2015) em momentos diferentes, e ambas me impactaram pela profundidade do caldeirão de sentidos de ser brasileiro ou brasileira. Encontrava-me no Reino Unido quando li a primeira obra, e, em Brasília, no caso da segunda. Porém, só no início de 2025, pensei em analisar fragmentos das obras, pois elas trazem contribuições seminais para a compreensão das identidades femininas na sociedade brasileira, em um contexto de desigualdade ligada a gênero social, raça e classe. Está, pois, esclarecida a ligação entre aspectos ontológicos e epistemológicos do estudo. Seguem os passos da análise, referentes aos aspectos metodológicos (Resende, 2009).

*Passo 1* – Seleção dos fragmentos das obras a serem analisados: João Ubaldo Ribeiro (2011), texto 1a e texto 1b – pp. 125-128; texto 2 – pp. 304-306; Darcy Ribeiro (2015), texto 3 – pp. 63-65; texto 4 – pp. 179-180. A seleção dos textos justifica-se por sua pertinência para o tema investigado.

*Passo 2* – Leitura atenta dos textos com foco nas possíveis categorias de análise textual, atentando para os significados representacionais, acionais e identificacionais do discurso na ADC (Fairclough, 2003). Nos significados representacionais, volto-me para os significados de palavras, que são fundamentais para analisar a construção de sentidos.

Entendo que os estudos críticos decoloniais do discurso precisam dar atenção à ideia de mudança social e de construção de sentidos ligados à cidadania, inclusive linguística (Stroud, 2001). Esse é um relevante conceito na construção discursiva das identidades femininas, pois a construção de identidades móveis está ligada a um universo de representações, práticas e ideologias em comunidades locais. Para Stroud (2001, p. 350): “uma perspectiva de *cidadania linguística* sublinha que os direitos e obrigações sociopolíticos deveriam de fato seguir [...] das *representações, práticas e ideologias* ligadas à língua e sociedade que circunscrevem as comunidades de falantes em suas redes cotidianas ou ‘locais de mediação’.” O conceito de cidadania linguística tem relação com a ideia de protagonismo da linguagem e dos textos, que podem ser entendidos como agentes no processo social (Magalhães, 2017).

Nos significados acionais, examino dois gêneros discursivos: o gênero literário e o etnográfico, e a forma como podem contribuir para a cidadania de mulheres pretas, pardas e indígenas. A abordagem de gêneros discursivos que adoto relaciona os estudos críticos do discurso à Nova Retórica (Miller, 2012). Para Miller (2012), os gêneros discursivos podem ser entendidos em duas dimensões: estrutural e pragmática. Na dimensão estrutural, os gêneros discursivos são complexas convenções que estruturam os recursos simbólicos; e, na dimensão pragmática, possibilitam que as pessoas organizem suas ações em comunidades reais, além de ajudá-las a realizar seus propósitos e desenvolver suas próprias histórias.

Na análise dos significados identificacionais, o foco está nos elementos textuais que constroem as identidades de gênero, raça e classe social. Conforme Larraín (2001, p. 25), longe de serem “essências inatas”, as identidades podem ser entendidas como “um processo social de construção”. Considerar os significados do discurso é importante porque orienta a análise textual para a relação fundamental entre linguagem e sociedade.

*Passo 3* – Análise textual dos fragmentos selecionados das obras *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (2011), e *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (2015).

Esses passos resumem os procedimentos metodológicos do estudo.

## 2) Análise dos textos

A análise dos significados representacional, acional e identificacional examina cada um dos quatro textos; porém, os textos não foram transcritos integralmente aqui.

### *Texto 1a*

O texto versa sobre o estupro de uma jovem mulher negra, Vevé, por seu proprietário, o barão de Pirapuama, na Bahia. Os personagens retratam vidas do Brasil colônia no período em que pessoas negras eram trazidas da África para serem escravizadas.

Ai, sim, pensou ela, o rosto em brasa e o meio das pernas não molhado, mas seco, ardido e estraçalhado, não razão de orgulho e contentamento, mas de vergonha, nojo e desespero – e nada, nada, nada, que havia no mundo senão nada, nada, nada, e os engulhos que lhe contraíam a barriga trazendo até a garganta o estômago envolto em câibras e o ódio que lhe fazia crepitar a cabeça com uma dor cegante e a certeza de que nada, nada, nada jamais a limparia, nem água, nem sangue, nem uma lixa que esfregasse em todo o corpo, nada, nada, nada! Que era ela? Aquilo, somente aquilo, aquele fardo, aquela trouxa, aquele pano de chão, aquele monte de lixo e nada, pois não conseguia ao menos chorar, embora quisesse muito. E também não podia mexer-se nem fazer qualquer som, como se o pescoço que o barão de Pirapuama havia apertado com uma só mão houvesse ficado para sempre hirto e congelado, mal deixando que passasse o ar, ela paralisada, muda, um peixe morto, endurecido. Que fazer agora? Levantar-se, consertar o corpo ainda retorcido na mesma posição em que tinha ficado quando ele a empurrara e se limpava nos trapos em que transformara sua bata branca, numa das muitas posições em que ele a tinha virado e revirado com brutalidade e a exposto como um frango sendo depenado? Passar a mão no rosto inchado por todas as bofetadas e sopapos que ele lhe dera, enxugar o sangue que lhe escorria das gengivas misturado com saliva, endireitar até mesmo a boca, que sabia flácida e pendida – nunca mais a mesma boca, nunca mais nada, nada, nada!, fazer alguma coisa? Nada a fazer, nada a ser, e notou que nem mesmo conseguia ouvir som algum, nem folhas no vento, nem barulhos de bichos, nem vozes de gente, nada. (Ribeiro, 2011, p. 125)

No trecho em que Vevé reflete sobre o ocorrido, destaca-se o estilo que constrói uma identidade marcada pela violência praticada contra o corpo de uma mulher negra escravizada, construindo uma história de sofrimento e dor no gênero discursivo literário. O significado de palavras (“o rosto em brasa”, “o meio das pernas [...] ardido e estraçalhado”, “vergonha, nojo e desespero”, “os engulhos”, “o estômago envolto em câibras”, “o ódio”) representa esse sofrimento e a realidade de um cenário cruel em que germinam o ódio e a revolta de uma pessoa escravizada.

Mesmo no universo da ficção literária, o autor retrata esse cenário de forma magistral. A reflexão da personagem e sua revolta se apresentam por meio do sistema de modo (Halliday, 1994), nas orações interrogativas, e na repetição de determinadas palavras (“nada,

nada, nada”, “Aquilo, somente aquilo, aquele fardo, aquela trouxa, aquele pano de chão, aquele monte de lixo”, “Que era ela?”, “Que fazer agora?”, “Levantar-se [...] e a exposto como um frango depenado?”, “fazer alguma coisa?”, “nem mesmo conseguia ouvir som algum, nem folhas no vento, nem barulhos de bichos, nem vozes de gente”). A subjetividade da personagem entra em colapso: ela não apenas se vê destruída, uma nulidade, como também tonta, perdida, pois nem sequer consegue ouvir sons. Toda essa destruição foi causada pela violência do estupro.

### *Texto 1b*

Durante um tempo tão breve que, logo depois de vir, ela já o recordava como passado, ocorreu-lhe um pensamento, o pensamento de ser isso tudo um pesadelo, parecido com um dos muitos que tivera antes, um desses pesadelos de que se acorda suado e ansioso e se agradece aos céus por haver sido somente um sonho. Mexer-se, procurar outra vez andar e movimentar-se? Para quê, como, o quê? E muito lentamente se deu conta de que estava passando os dedos sobre a boca, a outra mão subindo e agarrando o cabelo desgrenhado contra o pescoço, os joelhos se dobrando na direção um do outro, e ouviu os sons que faziam seus movimentos em cima da cama. Voltaram todos os sons e a palha do colchão quase fez um estrondo, quando as pernas dela se agitaram, as náuseas de novo lhe contraíram o estômago, o cheiro enjoativo da palha meio podre e bolorenta engolfou o quarto, ela crispou todo o corpo e, os braços esticados, as costas retesadas, a cabeça tremendo sem poder parar, vomitou, soltou as tripas e a bexiga e, sentada no meio de tudo isso que saíra dela e mais ela quisera que saísse e não ser nada, nada, nada, finalmente chorou. Chorou muito tempo na mesma posição, chorou por muitas razões, às vezes todas juntas, às vezes cada uma por seu turno, teve raiva de sentir pena de si mesma, principalmente teve raiva por sentir vergonha, por que haveria de sentir vergonha, quando não tinha feito nada? Mas tinha cada vez mais vergonha e ódio por essa vergonha que sabia que não podia ser dela, mas era, mas era, era, era, era! Pois ele também lhe passara a vergonha que devia ser dele mas nele era triunfo, saíra do quarto pavoneado e de cabeça erguida, haveria até entre os negros quem risse ou debochasse quando soubesse de tudo, e lhe vinha tanta mais vergonha que quase não podia suportar pensar. Suja, muito suja, suja de todas as maneiras, doída, tão doída, ela abraçou a si mesma, sozinha, tão sozinha, sozinha tão sem remédio, e ficou dormente. De início, a pele formigou, os poros se eriçaram, ela achou que ia sentir comichão pelo corpo todo e aí desfalecer, mas apenas ficou dormente. E, sem pensar nem bem perceber o que fazia, levantou-se, começou a arrumar o quarto, juntou o lençol e a coberta numa trouxa, ajeitou o colchão no estrado, rasgou a barra da saia para limpar-se, fechou a trouxa, segurou-a com uma mão e com a outra tapou o buraco da bata por onde estava saindo um peito, olhou em redor e saiu, empurrando a porta com o ombro. (Ribeiro, 2011, pp. 126-127)

Destaco o significado das palavras “sonho”, “pesadelo” e “cabelo desgrenhado”, que remetem a algo medonho, terrível, inimaginável, que só pode ocorrer em um pesadelo. Igualmente relevante é o significado de “náuseas”, “cheiro enjoativo”, “podre e bolorenta”, “vomitou, soltou as tripas e a bexiga”, “chorou”, “raiva”, “vergonha” e “ódio”, que representam os sentimentos contraditórios (“vergonha e ódio por essa vergonha”), a revolta e a indignação da personagem. No trecho, novamente o autor explora o uso de repetições (“mas era, mas era, era, era, era!”, “Suja, muito suja, suja de todas as maneiras”, “doída, tão doída”, “sozinha, tão sozinha, sozinha tão sem remédio”) para enfatizar os sentimentos de solidão e fraqueza

da personagem diante do ocorrido, contrastando com a força e o poder na representação do barão (“nele era triunfo, saíra do quarto pavoneado e de cabeça erguida”). Além disso, o uso de frases interrogativas indica os pensamentos confusos de Vevé e sua incompreensão das razões para o ato ultrajante do estupro (“Mexer-se, procurar outra vez andar e movimentar-se? Para quê, como, o quê?”, “por que haveria de sentir vergonha, quando não tinha feito nada?”). Porém, a personagem demonstra resiliência no uso dos processos materiais (Halliday, 1994): “levantou-se”, “começou a arrumar o quarto”, “juntou o lençol e a coberta”, “ajeitou o colchão”, “rasgou a barra da saia”, “fechou a trouxa”, “segurou-a”, “tapou o buraco da bata”, “saiu, empurrando a porta”.

Vale lembrar o final do texto, quando o feitor encontra Vevé no corredor, observa os “rasgões da roupa” e “os inchaços do rosto”, e diz: “Ah, bem [...] É isto mesmo, estas coisas são mesmo assim, não é nada de chorar. Não há nada aqui que umas duas compressas não curem – acrescentou, saindo da frente e dando um tapinha no traseiro dela” (Ribeiro, 2011, p. 128). Com isso, o feitor reconhece e reforça a ordem do poder colonial.

## Texto 2

Retirado das páginas 304-306 da obra *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (2011), o texto relata o assassinato de Vevé por um homem branco, ao lado da filha Dafé.

Dafé, que depois da pescaria estava começando a ver todos os bichos com novos olhos, quis olhar a parrelha de bois, um branco e outro malhado, ruminando sem levantar os olhos. A cabeça de um rapaz apareceu numa das janelas.

– Ei! – gritou ele. – Chegou quem faltava!

– Vamos embora – disse Vevé, mas logo o rapaz saía pelo portão acompanhado de mais três, e elas foram cercadas.

– Licença – disse Vevé, tentando andar, com Dafé pela mão.

Mas eles a barraram e o que havia gritado primeiro levantou uma botija destampada.

– Um trago de vinho, minha flor?

– Não, agradecida.

– Eugênio, lá na tua terra se permite às negras que recusem o oferecimento de um branco?

– Lá não, julguei que fazia parte dos costumes liberais daqui da sua terra.

– Na minha terra, não! Na minha terra, essas negrinhas safadas obedecem. Toma um trago de vinho! Ou tomas por bem ou tomas por mal!

– Não, muito agradecida. Já está ficando tarde, tenho de levar minha filhinha para casa, loiô não se aborreça não, por favor deixe a gente passar.

– Tua filhinha? Não me digas! Então este mulheraço aqui, esta negraça, este rabo, estes peitos, isto aqui é tua filha?

– Deixa estar, Leopoldo, deixa que se vão.

– Absolutamente! Que é que não ias ficar pensando da hospitalidade baiana? Vem cá, negrinha, deixa-te de firulas, não te vamos fazer mal, só queremos uma pândega, que me dizes? Depois te levamos a tua casa, te damos até um pró-labore, que me dizes?

– Deixe a gente passar loiô, por favor.

– Negrinha descarada! – gritou ele e puxou Dafé num abraço violento, metendo-lhe a mão por baixo.

A saia de Dafé subiu, os outros se aproximaram, um deles começou a ajudar Leopoldo a segurá-la.

– Não, desta vez não! – gritou Vevé.

Soltou o saco de mantimentos que vinha trazendo às costas, tirou de dentro a araçanga, arremeteu contra eles girando o grande porrete acima da cabeça. Soltaram Dafé, Leopoldo recuou alguns passos.

– Negra ousada! Não te metas a besta, negrinha, que posso fazer de ti picadinho na hora que bem entenda!

– Se afaste, se afaste.

– Não quero nada contigo, negra imunda, quero a outra.

– Se afaste.

Dafé nunca conseguiu contar ou mesmo recordar direito o que aconteceu. Mas lembrava que, agarrada a Vevé, caída e sangrando das mais de vinte punhaladas que recebera, o que se chamava Leopoldo ainda a puxou, mas o que se chamava Eugênio falou que deviam ir embora.

– A outra está morta – disse. – Isto já está perdendo a graça, vamos embora.

Muito mais tarde, mais de meia-noite, um noroeste frio batendo forte e prenunciando temporal, Leléu e mais uns oito, carregando fochos e levando cachorros de presa, encontraram Dafé sentada nos calcanhares junto ao corpo de Vevé, tão imóvel que nem os olhos piscavam. Puseram um cobertor em cima dela, arranjaram uma rede para carregar sua mãe morta, deitaram-na na cama, mas ela não dormiu. E, durante os 21 dias que se seguiram, mal se mexeu, não abriu a boca para dizer uma só palavra, permaneceu sentada de cabeça baixa, olhando as mãos abertas no colo. (Ribeiro, 2011, pp. 304-306)

O que se nota no texto é uma profunda tensão ligada a raça e gênero, que pode ser resumida no grupo nominal “negra imunda”, e que culmina no assassinato de Vevé, a mesma mulher escravizada, anteriormente estuprada por seu proprietário, o barão de Pirapuama. Além desse grupo nominal, na análise do significado de palavras, destacam-se: “um branco e outro malhado”, “minha flor”, “essas negrinhas safadas”, “este mulheraço”, “esta negraça”, “este rabo”, “estes peitos”, “isto aqui”, “negrinha”, “loiô”, “negrinha descarada”, “abraço violento”, “metendo-lhe a mão por baixo”, “desta vez não”, “araçanga”, “negra ousada”, “não te metas a besta, negrinha”, “posso fazer de ti picadinho”, “mais de vinte punhaladas”, “Dafé

sentada nos calcanhares junto ao corpo de Vevé”, “durante os 21 dias que se seguiram, mal se mexeu”, “não abriu a boca para dizer uma só palavra”, “de cabeça baixa”, “as mãos abertas sobre o colo”.

Primeiro, note-se o contraste entre os grupos nominais “minha flor” e “negra imunda”, um ligado a um tratamento de assédio sexual e o outro de desqualificação da mulher pela recusa da bebida oferecida pelo homem branco. Outras formas de desqualificação agressiva são: “negrinhas safadas”, “negrinha descarada”, “abraço violento”, “metendo-lhe a mão por baixo”, “negra ousada”, “não te metas a besta, negrinha” e “posso fazer de ti picadinho”. Destaca-se a oposição entre o tratamento de deferência dado por Vevé a seu agressor, “loiô”, e o tratamento do agressor a Vevè, o diminutivo desqualificador “negrinha”. Aponta-se aqui a interseccionalidade de gênero e raça no entendimento de que, na visão dicotômica do mundo colonial, as pessoas negras escravizadas não eram consideradas humanas, e sim animais “incontrolavelmente sexuais e selvagens” (Lugones, 2014, p. 936).

No início do texto, a parelha de bois, “um branco e outro malhado”, no olhar de Dafé, pode simbolizar as relações humanas animais do cenário de escravização, animais que não se comunicam, apenas ruminam “sem levantar os olhos”. As cores dos bois são relevantes, lembrando aspectos acionais do gênero discursivo literário. Conforme discutido na seção 1, as convenções do gênero discursivo literário são estruturantes desses recursos simbólicos atuando no cenário de crueldade e injustiça social da escravização.

Nesse sentido, o trabalho magistral do autor traz os propósitos e as histórias das personagens, por exemplo, no momento em que Vevé se defende, dizendo “desta vez não”, e aqui estabelece uma ligação intertextual com o estupro sofrido anteriormente por ela, quando foi atacada por um homem branco. Então, ela “arremeteu” a “araçanga” contra o agressor branco, Leopoldo, que soltou a filha dela, Dafé. Assim, embora Vevé tenha sido morta com “mais de vinte punhaladas”, destacam-se sua coragem na defesa da filha e a representação da resiliência das mulheres negras, o que é construído na transitividade pelo processo material “arremeter” e no significado de “araçanga”, que trazem a ideia de luta.

No final do texto, a tristeza e o sofrimento da filha são representados no significado das palavras: “Dafé sentada nos calcanhares junto ao corpo de Vevé”, “durante os 21 dias que se seguiram, mal se mexeu”, “não abriu a boca para dizer uma só palavra”, “de cabeça baixa” e “as mãos abertas sobre o colo”. O luto da personagem é representado mediante o silêncio e a postura, que fazem uma ligação entre linguagem e corpo.

### Texto 3

Retirado das páginas 63-65 da obra *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (2015), o texto aborda o hábito indígena do ‘cunhadismo’. Como parte do letramento acadêmico, o texto pertence ao gênero discursivo etnográfico que tem o propósito de descrever e analisar um grupo social com base em dados empíricos de observação participante. Embora o texto não aborde diretamente a relação entre os novos senhores das terras brasileiras e as mulheres indígenas, traz informações sobre o casamento como forma de adentrar, conquistar e dominar os povos originários.

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo.

Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. Assim é que, aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua *temericó* e, em todos os seus parentes da geração dos pais, outros tantos pais ou sogros. O mesmo ocorria em sua própria geração, em que todos passavam a ser seus irmãos ou cunhados. Na geração inferior eram todos seus filhos ou genros. Nesse caso, esses termos de consanguinidade ou de afinidade passavam a classificar todo o grupo como pessoas transáveis ou incestuosas. Com os primeiros, devia ter relações evitativas, como convém no trato com sogros, por exemplo. Relações sexualmente abertas, gozosas, no caso dos chamados cunhados; quanto à geração de genros e noras, ocorria o mesmo. Há amplo registro dessa prática entre os cronistas e também avaliações de sua importância devidas a Efraím Cardozo (1959), do Paraguai, e Jaime Cortesão (1964), para o Brasil.

A documentação espanhola, mais rica nisso, revela que em Assunção havia europeus com mais de oitenta *temericó*. A importância era enorme e decorria de que aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes, que podia pôr a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias.

Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão de obra para os trabalhos pesados de cortar paus-de-tinta, transportar e carregar para os navios, de caçar e amestrar papagaios e soíns. Mais tarde, serviu também para fazer prisioneiros de guerra que podiam ser resgatados a troco de mercadoria, em lugar do destino tradicional, que era ser comido ritualmente num festival de antropofagia.

Os índios não queriam outra coisa porque, encantados com as riquezas que o europeu podia trazer nos navios, o usavam para se prover de bens preciosíssimos que se tornaram logo indispensáveis, como as ferramentas de metal, espelhos e adornos. Quando ficaram bem providos dessas mercadorias, outras lhes foram ofertadas. E, por fim, se teve que passar do cunhadismo às guerras de captura de escravos, quando a necessidade de mão de obra indígena se tornou grande demais.

A função do cunhadismo na sua nova inserção civilizatória foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil. É crível até que a colonização pudesse ser feita através do desenvolvimento dessa prática. Tinha o defeito, porém, de ser acessível a qualquer europeu desembarcado junto às aldeias indígenas. Isso efetivamente ocorreu, pondo em movimento um número crescente de navios e incorporando a indiada ao sistema mercantil de produção. Para Portugal é que representou uma ameaça, já que estava perdendo sua conquista para armadores franceses, holandeses, ingleses e alemães, cujos navios já sabiam onde buscar sua carga.

Sem a prática do cunhadismo, era impraticável a criação do Brasil. Os povoadores europeus que aqui vieram ter eram uns poucos náufragos e degredados, deixados pelas naus da

descoberta, ou marinheiros fugidos para aventurar vida nova entre os índios. Por si sós, teriam sido uma erupção passageira na costa atlântica, toda povoada por grupos indígenas.

Com base no cunhadismo se estabelecem criatórios de gente mestiça nos focos onde naufragos e degredados se assentaram. Primeiro, junto com os índios nas aldeias, quando adotam seus costumes, vivendo como eles, furando os beiços e as orelhas e até participando dos cerimoniais antropofágicos, comendo gente. Então aprendem a língua e se familiarizam com a cultura indígena. Muitos gostaram tanto que deixaram-se ficar na boa vida de índios, amistosos e úteis. Outros formaram unidades apartadas das aldeias, compostas por eles, suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos, sempre em contato com a incontável parentela delas. A sobrevivência era garantida pelos índios, de forma quase idêntica à deles mesmos. Viabilizara-se, porém, uma atividade altamente nociva, a economia mercantil, capaz de operar como agência civilizatória pela intermediação do escambo, trocando artigos europeus pelas mercadorias da terra. (Ribeiro, 2015, pp. 63-65)

Um primeiro ponto que se pode comentar é sobre o uso da palavra indígena “temericó”, que se refere ao costume de incorporar estranhos ao grupo pelo oferecimento de uma mulher indígena. Esse costume define o termo “cunhadismo”, que foi fundamental no processo de dominação portuguesa da colônia, e está na base da formação brasileira. Associado ao significado dessa palavra, encontram-se “lhes dar uma moça índia como esposa”, e “aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua *temericó*”. Esses significados representam as mulheres indígenas de forma passiva e sujeitas a uma situação de dominação, precariedade e violência, a elas atribuindo-se o papel único de reprodução, “criatório de gente mestiça” que forma grande parte da população brasileira.

Note-se o trecho “relações sexualmente abertas, gozosas, no caso dos chamados cunhados”, que está ligado ao significado de “criatório”. Isso significa que esses estranhos que entravam nas comunidades indígenas mediante o costume “temericó” tinham um enorme número de filhos, conforme o comentário sobre João Ramalho, do núcleo paulista, na “Carta de Tomé de Souza a el-rey com muitas notícias das terras do Brasil”, de 1º de junho de 1553 (Ribeiro, 2015, p. 65). Conforme a carta: [João Ramalho] “Tem muitas mulheres. Ele e seus filhos andam com irmãs e têm filhos delas, tanto o pai como os filhos” (ibid.). Isso mostra a prática do incesto na sociedade que se formou no início da colônia. Além disso, a oração “havia europeus com mais de oitenta *temericó*” traz uma indicação do número de filhos por cada homem que entrava nas comunidades indígenas.

Cabe destacar os seguintes elementos textuais que contribuem para representar discursivamente a relação dos europeus com as mulheres: “aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes, que podia pôr a seu serviço”, “encantados com as riquezas que o europeu podia trazer nos navios”, “Quando ficaram bem providos dessas mercadorias, outras lhes foram ofertadas”, “a numerosa camada de gente mestiça”, “pondo em movimento um número crescente de navios e incorporando a indiada ao sistema mercantil de produção”, “formaram unidades apartadas das aldeias, compostas por eles, suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos” e “trocando artigos europeus pelas mercadorias da terra”.

Ao serem transformadas em mercadorias nas relações comerciais, as mulheres indígenas são inferiorizadas pelos homens europeus: são apenas consideradas corpos usados como moeda de troca, diante do projeto da corte portuguesa de povoar o Brasil. Foi

esse o resultado da exploração do costume indígena *temericó* na dominação portuguesa, pois a “multidão de parentes” e a “numerosa camada de gente mestiça” era posta ao serviço dos homens portugueses, e depois de homens de outras nacionalidades, que puseram em movimento “um número crescente de navios e incorporando a indiada ao sistema mercantil de produção”. Os grupos indígenas foram “encantados” pelo canto da sereia: “as riquezas que o europeu podia trazer nos navios”. Esse tipo de relação foi mantido por algum tempo, com a substituição posterior dessas mercadorias por “outras que lhes foram ofertadas”. Assim, os colonizadores estabeleceram-se nas próprias comunidades indígenas ou em grupos separados formados por eles, “suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos”, mantendo-se pelas trocas comerciais.

Nota-se, dessa forma, uma relação desigual entre os homens portugueses e as mulheres indígenas, firmada na interseccionalidade de gênero e raça, ao que se acrescenta a pobreza, em um momento posterior ao cunhadismo, quando os portugueses se mobilizaram nas “guerras de captura de escravos” indígenas. Essa interseccionalidade ainda pode ser observada em periferias de cidades das regiões norte e centro-oeste. Adicionalmente, como foi possível compreender na análise do gênero discursivo literário, o gênero discursivo relato etnográfico pode contribuir para a construção das identidades femininas, relacionando linguagem e corpo.

#### *Texto 4*

Retirado das páginas 179-180 da obra *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (2015), o texto traz mais elementos para a análise das identidades femininas na interseccionalidade de gênero, raça e classe social. Como é possível notar, os textos 3 e 4 são complementares aos textos 1 e 2.

O que caracteriza o português de ontem e o brasileiro de classe dominante de hoje é a duplicidade de seus padrões de relação sexual: um, para as relações dentro de seu círculo social, e outro, oposto, para com a gente de camadas mais pobres. Nesse caso, se particulariza, pela desenvoltura no estabelecimento de relações sexuais do homem com a mulher de condição social inferior, movida pelo puro interesse sexual, geralmente despido de qualquer vínculo romântico. Sem corte prévia, o homem de condição social superior tenta relações com a negra, a índia, a mulata cativante, sempre que se apresenta uma ocasião propícia. O apego, o amor de caráter lírico entre pessoas de nível social díspar, é fato raro, excepcional.

As relações sexuais, nessas circunstâncias desigualitárias, nem mesmo geram intimidade, permanecendo a mulher servil ou dependente, tão igualmente respeitosa antes como depois das relações, dada sua posição social assimétrica em relação ao homem. Onde e quando permanece na condição de dependência servil, tem de aceitar o homem que lhe impõem para gerar mais escravos, ou o branco que dela se queira servir. Uma vez livre, já pode aspirar a relações mais igualitárias. Nas condições prevalentes de pobreza, porém, essas se conformam como relações ocasionais ou amasiamentos temporários. Nessas circunstâncias, a família se estrutura centrada na mulher, que gera filhos de diferentes homens, a cujo cuidado se desvela, frequentemente desajustada pelos diferentes pais.

Somente quando se ascende da pobreza a certa suficiência econômica é que a mulher alcança condições mínimas para aspirar a uma vida sentimental autônoma, para impor dignidade às relações sexuais, conduzindo-as à forma de um jogo coparticipado e, finalmente, à oportunidade de estruturar uma vida familiar estável, revestida dos símbolos religiosos e legais do reconhecimento social. O novo padrão de relações prevalece já para a parcela da população negra, branca ou mestiça integrada na matriz moderna da sociedade nacional.

Sem dúvida, nos últimos anos, graças à modernização e à difusão de novas atitudes, inspiradas sobretudo no revivalismo do negro norte-americano, se observa uma veemente afirmação de negros e mulatos, afinal orgulhosos de si mesmos e às vezes até compensatoriamente racistas em sua negritude. A transformação dos padrões de relações inter-raciais parece tender, não a uma simples generalização a todos os valores que presidem as relações entre a gente das classes dominantes, mas a abrandar a rigidez de expectativas destas quanto à virgindade e a limitar a desenvoltura masculina para o intercuro sexual livre e irresponsável com mulheres de posição social inferior.

Nessas novas condições, a mulher de cor, que sempre foi parceira desejada e até especialmente apreciada para relações eventuais, passará a competir com todas as outras para conformar relações estáveis e igualitárias. Assim, se poderá superar, um dia, a estrutura prevalente da família brasileira, que sempre foi matricêntrica. Para isso, será necessário que se supere, antes, a condição de marginalidade socioeconômica da maioria da população, que é o fundamento da paternidade irresponsável. É provável que, então, se atenuem os ideais de branquização do negro como forma de preconceito, mas que prossiga a tendência às relações inter-raciais, que continuariam a representar um importante papel no processo integrativo. Bem pode ocorrer, entretanto, que surjam novas e maiores tensões propensas a desacelerar o caldeamento, pela resistência em todos os níveis sociais à ascensão maciça do contingente mais negro, em competição com o menos negro, e pela nova atitude, mais exigente, da mulher de cor no estabelecimento de relações. (Ribeiro, 2015, pp. 179-180)

Destaca-se o grupo nominal “a duplicidade de seus padrões de relação sexual”, na comparação entre o português no passado e o brasileiro “de classe dominante” hoje, que estabelece uma oposição de gênero e classe social. O autor esclarece que os homens desenvolvem dois tipos de relação com as mulheres: um com as mulheres de “classe social inferior”, baseado unicamente no “interesse sexual”, e outro com as mulheres de sua própria classe social, com quem desenvolvem “o amor de caráter lírico”. Isso significa uma relação que pode tornar-se institucionalizada e outra de caráter meramente físico, em que as mulheres são objetificadas.

Caracteriza-se, dessa forma, uma assimetria de poder nas relações entre o homem branco, de classe social superior, que busca relações sexuais com mulheres negras, mulatas ou indígenas “sempre que se apresenta uma ocasião propícia”. Note que o adjunto adverbial “sempre” reforça a assimetria de poder nessas relações em um cenário de favorecimento a homens brancos de classe social superior.

Nesse sentido, convém lembrar o que diz Lugones (2014, p. 936) sobre o papel das mulheres brancas de origem europeia na reprodução de “raça e capital” por sua ligação “ao lar a serviço do homem branco”. Tem-se aqui uma divisão de natureza dicotômica que contribuiu para construir as mentalidades brasileiras, na “historicidade das relações, incluindo as relações íntimas” (Lugones, 2014, p. 936): a separação entre as mulheres a serem

escolhidas pelos homens brancos para serem mães dos seus filhos, preferencialmente mulheres brancas, e aquelas buscadas para o prazer sexual, preferencialmente mulheres pretas, pardas ou indígenas. Assim, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social é fundamental nas representações discursivas das identidades femininas.

Considerando a situação de vulnerabilidade social das mulheres pretas, pardas e indígenas, é possível compreender as “relações ocasionais ou amasiamentos temporários” e a estrutura familiar “centrada na mulher, que gera filhos de diferentes homens”. O significado das palavras e o processo material “gerar” associado a “diferentes homens” fazem lembrar o trabalho de Gadelha e Magalhães (2014), que analisam, na perspectiva da ADC e da etnografia discursiva (Magalhães, Martins, Resende, 2017), dados referentes ao parto de mulheres de baixa renda. Segundo os relatos das mulheres investigadas, cada gravidez era de um homem diferente.

Para essas mulheres, sair da condição de pobreza é o que lhes vai permitir ter relações sexuais consideradas “dignas” e com “reconhecimento social” (texto 4). Note-se a força do adjunto adverbial “somente”, na oração: “Somente quando se ascende da pobreza a certa suficiência econômica é que a mulher alcança condições mínimas para aspirar a uma vida sentimental autônoma”. Contribui para isso o destaque conferido pela função do tema da oração (Halliday, 1994), e indica a vulnerabilidade das mulheres, especialmente das mulheres pretas, pardas e indígenas.

No parágrafo seguinte, o texto 4 representa discursivamente uma mudança de norma social no grupo nominal “novo padrão de relações”, que contempla “a parcela da população negra, branca ou mestiça integrada na matriz moderna da sociedade nacional”. O texto sugere que para as mulheres desse grupo, que se integrou a uma vertente progressista no país, não se aplica a divisão prevista entre as mulheres brancas e as pretas, pardas ou indígenas. Nesse “novo padrão”, com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, e com as conquistas dos movimentos feministas a partir da segunda metade do século 20, as relações sexuais das mulheres passam a ser influenciadas pela autossuficiência financeira pressuposta no capitalismo.

O último parágrafo do texto traz um sopro progressista às relações entre mulheres e homens, renunciando a crítica ao binarismo ligado à modernidade e mesmo a cidadania das mulheres nas últimas décadas no Brasil. Para isso contribuem os significados das palavras “difusão de novas atitudes”, “uma veemente afirmação de negros e mulatos”, “orgulhosos de si mesmos”, “transformação dos padrões de relações inter-raciais”, “novas condições”, “passará a competir com todas as outras” e “relações estáveis e igualitárias”. No cerne da ideia de cidadania está o pressuposto de relações de igualdade entre mulheres e homens.

Entretanto, conforme o site G1, o número de feminicídios está em alta no país, com 1.463 (um mil, quatrocentos e sessenta e três) casos em 2023 e aumento de 1,6% em referência a 2022 (acesso em 21 de julho de 2025). Isso significa que há graves problemas ligados à ideia de cidadania, pois o direito à vida é fundamental. Acrescenta-se que 18 estados brasileiros tiveram uma taxa superior à média nacional, com 1,4 casos para 100.000 (cem mil) mulheres. Esses são dados de extrema gravidade, que apontam a necessidade de um forte trabalho de educação da população, para que se possa garantir uma urgente mudança sócio-discursiva. Tal mudança apoia-se na relação entre linguagem e sociedade,

pois os feminicídios se iniciam com agressões verbais que se transformam em atos (Dias, 2011).

### **3) Resultados do estudo**

O objetivo do artigo foi discutir a interseccionalidade de gênero, raça e classe social. Para realizá-lo, foram analisados fragmentos das obras de João Ubaldo Ribeiro (2011) e de Darcy Ribeiro (2015). Seguem os resultados.

1) Dada a conjuntura brasileira, não é possível falar de gênero social sem uma discussão de raça e classe. Por esse motivo, indica-se a relação entre essas categorias, que foi o foco da análise dos 4 textos retirados das obras de Joao Ubaldo Ribeiro (2011) e Darcy Ribeiro (2015).

2) A situação atual das mulheres brasileiras, que correm o risco de serem ultrajadas e mesmo assassinadas por seus maridos, companheiros ou namorados, tem ligação com o passado de violência de gênero e escravização de mulheres negras e indígenas.

3) Destaca-se a relação entre linguagem e corpo, tanto no processo de escravização como na violência de gênero analisada nos textos, que é parte do processo de formação do Brasil. Tal violência de natureza estruturante, está no tecido social, e contribui para a desvalorização e discriminação das mulheres, especialmente das pretas, pardas e indígenas.

4) A análise de dois gêneros discursivos, o literário e o etnográfico, aponta uma ligação significativa entre gênero discursivo e gênero social, pois os gêneros discursivos como ações sociais constroem as histórias e identidades das mulheres.

5) É urgente a crítica e o debate a respeito da relação entre mulheres e homens, em uma perspectiva contemporânea que inclua as mudanças recentes, com a inclusão de um pluralismo na compreensão de gênero e sexualidade.

6) Além do pressuposto de transversalidade, é preciso ter em mente a necessidade de adoção de uma perspectiva baseada na relação entre linguagem e sociedade, que passa pelos estudos críticos decoloniais do discurso.

7) A crítica à violência de gênero deve situar-se na transparência de ideologias que naturalizam as desigualdades entre mulheres e homens, para afirmar a cidadania (linguística) das mulheres.

### **Considerações finais**

Conforme Mills e Mullany (2011, p. 7), “a pesquisa linguística feminista pode desempenhar papéis importantes no desafio às relações de gênero, desvendando e tornando transparentes as relações ideológicas que, de outra forma, poderiam permanecer ocultas na linguagem falada e escrita.” É nesse sentido que este estudo contribui ao debate sobre as relações de gênero na afirmação da crítica às desigualdades e no compromisso com uma perspectiva de igualdade e cidadania (linguística) nessas relações.

A crítica às desigualdades é um passo decisivo; no entanto, deve ser entendida no sentido de uma tomada de posição diante da construção ideológica das histórias das mulheres de modo geral, que afeta mulheres brancas, pretas, pardas e indígenas. Na crítica,

ressalta-se a divisão histórica entre as mulheres, que atribui diferenças em seus atributos e funções sociais, com a consequente dignificação das mulheres brancas das classes sociais superiores e desvalorização, e mesmo estigmatização, das outras.

Considerando-se a fluidez das representações identitárias, essa divisão não é determinante nas identidades das mulheres atualmente, mas é inegável seu papel nas estruturas de poder e nas relações sociais. Por esse motivo, é fundamental que se passe da crítica à ação coordenada e responsável para a cidadania das mulheres, um trabalho que envolve educação e política, devendo ser estendido também a outras áreas como saúde, direito, academia, artes e literatura. É um projeto ambicioso, mas ganha força no protagonismo da linguagem e dos textos para construir relações sociais de igualdade e justiça.

## Referências

BUCHOLTZ, M. From mulatta to mestiza: passing and the linguistic reshaping of ethnic identity. In HALL, K.; BUCHOLTZ, M. (org.) *Gender articulated: language and the socially constructed self*. Nova York/Londres: Routledge, 1995, pp. 351-373.

CAMERON, D. Rethinking gender and language studies: some issues for the 1990s. In MILLS, S. (org.) *Language and gender: interdisciplinary perspectives*. Londres/Nova York: Longmann, 1995, pp. 31-44.

\_\_\_\_\_. Performing gender identity: young men's talk and the construction of heterosexual masculinity. In JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. (org.) *The discourse reader*. Londres/Nova York: Routledge, 1999, pp. 442-458.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10: 171-188, 2002.

DIAS, T. R. N. Prática jurídica e violência contra mulheres: um estudo etnográfico-discursivo. Tese (Doutorado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis in social research. In WODAK, R.; MEYER, M. (org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2ª ed. Londres: Sage, 2009, pp. 162-186.

\_\_\_\_\_. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2ª ed. Harley: Pearson, 2010.

GADELHA, N.; MAGALHÃES, I. Um estudo etnográfico-discursivo do parto de mulheres de baixa renda. In MELO, M. S. de S.; PAES, C. C. dos S.; GOMES, M. C. A. (org.) *Estudos discursivos em foco: novas perspectivas*. Viçosa, MG: Editora UFV, 2014, pp. 100-133.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, pp. 223-244, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2ª ed. Londres: Edward Arnold, 1994.

LARRAÍN, J. *Identidad chilena*. Santiago: LOM Ediciones, 2001.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, 9: 73-101, 2008.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. Trad. J. Watson; T. Nascimento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22 (3): 935-952, 2014.

MAGALHÃES, I. Gênero e discurso no Brasil. *Discurso&Sociedad*, Barcelona, 3: 714-737, 2009. Disponível em [www.dissoc.org](http://www.dissoc.org) (acesso em 26 de julho de 2025).

\_\_\_\_\_. Protagonismo da linguagem: textos como agentes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, 17 (4): 575-598, 2017.

\_\_\_\_\_; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_ et al. *Language, literacy, and health: discourse in Brazil's national health system*. Lanham, MD: Lexington, 2022.

MARTINS, A. R. N. *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros*. Brasília: Senado Federal, 2011.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado escuro da modernidade. Trad. M. Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32 (94): e329402, 2017.

MILLER, C. R. *Gênero textual, agência e tecnologia*. DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (org.) Trad. J. C. Hoffnagel. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MILLS, S.; MULLANY, L. *Language, gender and feminism: theory, methodology and practice*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2011.

PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. *Innovations and challenges in applied linguistics from the Global South*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2020.

PORTAL G1. *g1.globo.com* (acesso em 21 de julho de 2025).

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, E. (org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, 2000, pp. 203-241.

QUINTERO, P.; FIGUERA, P.; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. *Arte e descolonização*. São Paulo: MASP, Afterall, 2019.

RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, J. U. *Viva o povo brasileiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SAID, E. *Orientalism*. Londres: Routledge&Kegan Paul, 1978.

SEGATO, R. L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, 29 (2): 341-371, 2014.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WILLIAMS, P.; CHRISMAN, L. (org.) *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. Nova York: Columbia University Press, 1994.

STROUD, C. African mother-tongue programmes and the politics of language: linguistic citizenship versus linguistic human rights. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 22: 4: 339-355, 2001.

Van Dijk, T. A. Discourse, knowledge, power and politics: towards critical epistemic discourse analysis. In HART, C. (org.) *Critical discourse studies in context and cognition*. Amsterdã: John Benjamins, 2011, pp. 27-63.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.